

MODELOS DE AVALIAÇÃO: QUALIDADE E GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA

Lourdes Marcelino Machado

Universidade Estadual Paulista – Campus Marília

lmmachado@m3t.com.br

Resumo: Este texto é parte do estudo realizado sobre Gestão e Participação na Educação Básica (1990-2002) que mapeou a produção acadêmica no período indicado. Aborda o subtema Avaliação, com ênfase em modelos de avaliação e suas implicações para a qualidade e democratização da gestão da escola pública. O recorte aqui apresentado analisa 48 Teses e Dissertações concluídas no período citado, tendo por fonte o site da Capes. A técnica de análise foi baseada na análise de conteúdo. Os documentos componentes da base de dados foram classificados em 3 grandes categorias de acordo com a natureza dos trabalhos, segundo a visão da autora: fundamentos teóricos e políticos; teórico-práticos e práticos.

Palavras-chave: processo de avaliação; metodologias de avaliação; objetos de avaliação.

INTRODUÇÃO

O tema aqui abordado é parte do estudo realizado sobre Gestão e Participação na Educação Básica, com o objetivo de mapear a produção acadêmica no período 1990-2002. Ao longo de todo o estudo, paralelamente à atividade de sistematização e classificação dos documentos, a Base Documental preliminar foi atualizada, o que implicou em excluir documentos não pertinentes ao tema; excluir eventuais repetições; excluir textos com informações insuficientes; atualizar a seleção de documentos pela reenquadramento e inclusão de novos títulos.

Em relação aos procedimentos de pesquisa, buscou-se identificar os termos e expressões pertinentes ao âmbito do tema geral, e ao subtema Modelos de Avaliação em particular, organizando-os em três níveis - Temas, Indicadores e Descritores -, correspondentes à estrutura do Thesaurus Brasileiro de Educação: Termo Genérico; Termo Específico; Termo Relacionado.

O levantamento de teses e dissertações referentes ao tema Modelos de Avaliação, realizado em www.capes.gov.br/servicos/indicadores/tesesdissertacoes.htm, enfocou os itens: título, tema, autor, resumo e palavras-chave.

No âmbito mais amplo da pesquisa, o tema **Modelos de Avaliação e a qualidade e democratização da gestão da escola pública** adquiriu relevância por sinalizar possíveis abordagens do tema.

Segundo Vianna (2000), a expressão “modelo” é usada com frequência no trato do tema avaliação, apesar da polissemia do termo. De modo geral, afirma o autor que:

A palavra modelo é usada em dois sentidos: 1) prescritivo, que é o mais comum, apresenta um conjunto de regras, prescrições, proibições, quadros referenciais, que especificam o que é bom e próprio para a avaliação e como a avaliação deve ser feita; 2) descritivo, conjunto de afirmação e generalizações que descrevem, prevêm e explicam as atividades da avaliação ... (Vianna, 2000, p.34).

Semelhantemente a esse autor, neste texto adota-se a concepção de “modelo” como um constructo cujo significado implica a presença de um conjunto articulado de conceitos e práticas baseado em fatos, procedimentos e ideias, em processo dinâmico e em constante renovação, sem abandonar a perspectiva de se ter normas gerais de natureza explicativo-descritiva que, potencialmente possam ser consideradas paradigmáticas. Apesar dos riscos de se reduzir a questão aos aspectos técnicos, a existência de “modelos de avaliação” decorreria de um conjunto de elementos articulados que contemplem concepções e práticas uma vez que o propósito do estudo foi identificar a produção acadêmica acerca do tema avaliação em relação à qualidade e democratização da gestão da escola pública.

Idealmente, um “modelo de avaliação” capaz de impactar e repercutir na gestão da escola e qualidade do ensino implicaria na presença de: a) processos de acompanhamento e avaliação, internos e externos, das atividades de ensino e aprendizagem, planejamento e execução; b) autoavaliação institucional; c) estabelecimento de diretrizes, critérios, procedimentos e ações programadas, tendo em vista os objetivos desses processos; d) formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa; formas de utilização dos resultados das avaliações (internas e oficiais) na revisão do projeto político-pedagógico, tendo em vista o atendimento dos padrões de qualidade estabelecidos interna e externamente.

A partir dessa concepção genérica de “modelo” a seleção de teses e dissertações foi direcionada por alguns elementos que se julgou ter implicações para o reconhecimento de “modelos de avaliação”. Aplicados esses critérios de inclusão/exclusão, foram selecionadas 48 (quarenta e oito) teses/dissertações nas quais esses elementos encontram-se dispersos, o que sinaliza para a existência de um campo de pesquisa extremamente instigante e promissor.

O trabalho que antecedeu à análise do tema permitiu a construção de vocabulário a ser aplicado a esse conjunto de textos, constituindo como que um “dicionário” com vistas à identificação dos documentos que as contém. Detectada a superposição das temáticas, o conteúdo predominante em cada documento foi o elemento decisivo para sua classificação. O quadro abaixo sumaria os termos identificados nos textos e utilizados na análise do presente tema.

Quadro 01
Modelos de Avaliação e a qualidade
e democratização da gestão da escola pública

Indicador	Descritor
Processo de avaliação	planejamento
	critérios de avaliação
	normas de avaliação
	objetivos
	padrão de qualidade

Metodologia da avaliação	avaliação participativa
	avaliação diagnóstica
	avaliação cumulativa
	avaliação iluminativa
	teoria clássica de medidas
	questões objetivas
	accountability
	avaliação mediadora
	questões subjetivas
	avaliação cooperativa
Objeto da avaliação	rendimento escolar
	condições de ensino
	avaliação institucional

Correndo o risco de que o leitor nos atribua um posicionamento conservador e/ou tecnicista, para dizer o menos, a leitura da tabela acima possibilita afirmar que os estudos acerca do tema avaliação, enquanto elemento integrante da ação administrativa, relacionado à qualidade e democratização da gestão da escola pública, persiste como a lacuna mais evidente, ainda quando no cenário da educação brasileira há um movimento de valorização dos processos de avaliação, tanto externa como interna e de auto-avaliação. Em outras palavras, sobretudo quando são enfatizadas as questões de natureza técnico-pedagógica, a avaliação é percebida em suas práticas individuais e não como uma questão do coletivo da escola.

Como hipótese, parece pertinente afirmar que a predominância dos estudos de base empírica e/ou prática, os estudos fragmentados e fragmentários da realidade escolar e educacional, somados à pequena incidência de estudos teóricos sejam a causa desse fato.

Uma análise não exaustiva dos métodos e técnicas empregados revela, com alguma variação nas denominações adotadas, sobretudo em relação às teses e dissertações, que há clara predominância das abordagens qualitativas¹, com maior incidência de estudos de caso e entrevistas. Há interfaces destas duas abordagens com procedimentos de análise de conteúdo e do discurso, análise documental e análise de literatura. Com menor frequência, surgem as abordagens de cunho quantitativo².

As Teses e Dissertações

As teses e dissertações, em seu conjunto, discutem, descrevem e/ou analisam questões de natureza teórica, teórico-prática e ou prática. No que se refere às questões metodológicas, a quase totalidade dos documentos traz menções explícitas à metodologia indicando predomínio das abordagens qualitativas com destaque para os estudos de caso e entrevistas.

De modo genérico e com diferentes ênfases, as teses tratam:

1. da avaliação de/em sistemas estaduais e municipais (Goiás, Amazonas, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia);

¹ Estamos considerando aqui diversas denominações: Pesquisa etnográfica; Pesquisa Participante; Pesquisa conscientizante; Pesquisa avaliativa; Abordagem qualitativa; Observação; Estudo teórico-prático e Método exploratório-descritivo..

² Consideramos de cunho quantitativo: Análise estatística; Abordagem quantitativa; Questionários; Escala de atitudes; Testes e Levantamento por amostragem;

2. dos sistemas de avaliação nacional, SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio;
3. de níveis e/ou modalidades de ensino: pré-escola, ensino fundamental (primeiro grau), educação a distância (Telecurso), educação profissional, ensino rural;
4. das relações professor-aluno, avaliação e concepção de aprendizagem, componentes curriculares e dos processos x insumos escolares;
5. das concepções e visões dos atores: pais, alunos e professores;
6. das metodologias: diagnóstica, assistida, mediadora.

1. ESTUDOS QUE TRATAM DOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E POLÍTICAS

As teses e dissertações cuja ênfase foi identificada como de natureza teórica foram 11 (onze) e tratam, de modo geral, de fundamentos teóricos (5) e dos princípios e fundamentos de políticas (6), conforme se sumaria a seguir.

Autor	Título	Ano
LUCKESI, C. C.	Avaliação educacional escolar: sendas percorridas	1992
LISBOA, S. L. M.	As escolas públicas cariocas e suas normas de avaliação na década de	1993
PEREZ, J. R. R.	A política educacional do estado de São Paulo “1967 - 1990”	1994
SANTOS, M. M. F. dos	Avaliando a avaliação: teoria e pratica nas classes de alfabetização da rede publica do município do rio de janeiro.	1995
ESPÓSITO, Y. L.	Estudo Analítico-Crítico de uma Experiência de Avaliação do Impacto de Políticas de Melhoria da Qualidade de Ensino.	1996
VIANNA, H.M.	Avaliação educacional e o avaliador.	1997
FORSTER, M. M. dos S	Avaliação institucional: ato político e educativo.	1997
TIBALLI, E.F.A.	O fracasso escolar no pensamento educacional brasileira	1998
SANTOS, C. R. dos	Avaliação do processo ensino-aprendizagem: uma abordagem histórico-cultural	2000
COSTA, C.F.	O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): Uma perspectiva de professores de matemática da rede...	2000
BONAMINO, A. M. C.	O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica(SAEB)	2000

LUCKESI, C. C (1990), considera que a administração do poder ocupa papel central tanto nas pedagogias modernas e contemporâneas como na prática da escola brasileira e, no

nível micro da pedagogia e da escola, o objetivo é o disciplinamento do educando, concluindo que a avaliação da aprendizagem tem servido para propor e encaminhar o disciplinamento dos educandos, externo e aversivo na pedagogia tradicional, formando o educando submisso.

SANTOS, M. M. F. dos (1995), com base nos estudos de Ferreiro e Teberosky (91) enfatizam a mudança de foco na concepção do processo de ensino-aprendizagem, que passa do ponto de vista de quem ensina, para o ponto de vista do aprendiz, Reconhece, contudo que, apesar das contribuições do construtivismo, persiste o problema da avaliação de forma independente da tendência pedagógica adotada.

O estudo de FORSTER, M. M. dos S. (1997) realiza uma análise crítica da trajetória da avaliação institucional nas décadas de 80/90 apontando a necessidade de um modelo teórico de avaliação institucional emancipador, dialógico, crítico, libertador das pessoas e das instituições. Explicita as concepções e pressupostos de avaliação institucional subjacentes aos discursos oficiais e/ou institucionais e a construção de metodologias de avaliação instigadoras da participação dos sujeitos institucionais que propiciariam uma nova cultura de avaliação.

Considerando que os modelos vigentes sustentam-se numa lógica de regulação e reprodução, defende a possibilidade e a necessidade de um novo paradigma em que a avaliação institucional seja vista como um processo de autoconhecimento e como um ato político-pedagógico, a serviço da instituição e da sociedade brasileira.

Para VIANNA, H. M. (1997), a avaliação educacional é um espaço sistematizado do conhecimento humano, cujos problemas de construção e delimitação podem ser resolvidos com a intervenção de um avaliador capacitado que se constrói no exercício profissional. Discute a avaliação sob a perspectiva de diferentes teóricos, tais como: R. W. Tyler; L. J. Cronbach; M. Scriven; D. L. Stufflebeam; R.E. Strake.

Os pressupostos teóricos vygotskyanos são invocados por SANTOS, C. R. (2000) para a compreensão da dimensão prospectiva da avaliação na apropriação do conhecimento. A apreensão das ideias de Vygotsky para fundamentar e iluminar uma prática inovadora de avaliação escolar é para o autor uma solução possível, apesar de, para os professores, isto apresentar grandes dificuldades de ordem teórico-prática para aplicação desse ideário.

Em geral, os estudos de natureza teórica que se voltam para a interpretação e crítica de políticas públicas de avaliação, em sua relativa unidade e diversidade, enfocam diferentes instâncias governamentais e administrativas.

TIBALLI, E. F. A. (1998) realiza um estudo amplo a partir de pesquisas sobre o fracasso escolar, na tentativa de desvendar a origem da explicação ideológica desse fato no discurso pedagógico brasileiro, e analisar o contexto da formulação desse discurso ancorado na crítica ao desempenho ineficiente. Contrapõe duas explicações de natureza diferenciada: uma que investiga a individualidade do aluno e outra que investiga as instituições de ensino para explicar pra o fracasso da escola.

LISBOA, S. L. M. (1993) analisa as normas de avaliação adotadas pelas escolas primárias oficiais do então estado da Guanabara sob três aspectos principais: (a) tipos de instru-

mentos de medida; (b) exames de admissão à primeira série ginasial [atual sexto ano do ensino fundamental]; (c) critérios para promoção de alunos; (mecanismos de diferenciação de ensino). Sinaliza para a utilização da avaliação do rendimento escolar como instrumento de ação política do governo do estado da Guanabara com graves implicações.

Dois estudos detêm-se sobre o sistema paulista: o estudo de PEREZ, J. R. R. (1994) e o de ESPÓSITO, Y. L. (1996). O primeiro avalia a política educacional do estado de São Paulo, entre 1967 e 1990. Focaliza a expansão do sistema educacional, aferindo o papel desempenhado pelas dependências administrativas e ressalta a ação do governo estadual como ator central nas transformações ocorridas no ensino fundamental e médio. O segundo destaca, como empreendimentos significativos da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo, a instituição do Ciclo Básico (1983), a implementação da Jornada Única (1987) e, Projeto Educacional Escola-Padrão (1991). Sobre tais medidas, desencadeadas com o fim de aprimorar a qualidade do ensino e reverter o quadro de reprovação e repetência que marcava em especial as séries iniciais do ensino fundamental, a autora questiona o efetivo impacto dessas macropolíticas da Secretaria da Educação nas escolas e, em última instância, no processo de aprendizagem dos alunos.

Dois dos sistemas de avaliação de caráter nacional são objeto de dois outros estudos de autoria de BONAMINO, A. M. C. (2000), que analisa o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e o de COSTA, C. F. (2000) que interpreta dados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sob a perspectiva de professores de matemática.

Sobre o SAEB, argumenta o autor que dois elementos estruturam a lógica intrínseca ao processo de institucionalização e ao perfil dos instrumentos contextuais e cognitivos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB): as orientações dos contextos político e educacional dos anos 80 e 90 e as diferentes categorias de agentes responsáveis pela construção do sistema. Defende que, a partir do SAEB-95, há um enriquecimento dos instrumentos contextuais, pela introdução de questionários sobre hábitos de estudo e medidas de nível socioeconômico relativas aos alunos, ampliando a concepção de desempenho antes restrita a fatores intra-escolares.

A análise dos dados do ENEM sob a perspectiva de professores de matemática parte de uma discussão teórica sobre o ensino da Matemática e a avaliação, analisa o ENEM enquanto proposta e enquanto produto, questionando o objetivo fundamental do Exame de avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania.

2. ESTUDOS DE NATUREZA TEÓRICO-PRÁTICA

Nas teses e dissertações relacionadas no quadro abaixo foram identificados elementos de reflexão teórica, articulados a práticas docentes concretas foram classificadas como possuindo natureza teórico-prática. São 20 estudos que, de modo geral, abordam elementos contextuais, níveis e modalidades de ensino.

Autor	Título	Ano
CORTES, H. H. N. V.	A avaliação diagnóstico formativa como instrumento de equalização das oportunidades educacionais	2000
OLIVEIRA, V. B. De	A dimensão do poder na avaliação da aprendizagem	1990
HOLANDA, H. C. F. de	As relações creche-família: um estudo envolvendo avaliação – intervenção	1992
FORTES, G. H. M.	Autonomia e tensão no ensino por ciclos: estudos de caso da escola municipal vila Monte Cristo/POA	2000
KOEHLER, S. M. F.	Avaliação como instrumento articulador do coletivo na escola: experiência em uma unidade rural.	1995
BENZONI, S.A.G.	Avaliação de crianças com queixa de dificuldade na aprendizagem escolar, diferenciadas quanto ao nível.	1998
ALVES, I. M. B.	Avaliação do Ensino Fundamental: concepções e prática dos professores na escola pública	2000
PAIVA, E. P.	Avaliação e democracia - realidade ou fantasia?	1990
GENESINI, T. A. G.	Avaliação e Qualidade na Educação Profissional.	1998
SQUILASSE. M. do C.	Avaliação escolar: além da avaliação do rendimento do aluno	2001
CUNHA, A. M.	Avaliação na pré-escola: uma tentativa de sistematização	1990
COSCRATO, L.	Avaliando a avaliação da escola: a opinião dos pais.	1997
TRIVELATO JUNIOR, J.	Educação à distância e avaliações: a biologia no telecurso 2000	2000
LEICHT, E. M. W.	Escola pública e destino social: o papel (e prática) da avaliação	1992
MAIA, A.F. M.	Fatores relativos à gestão escolar e a prática docente associados ao rendimento escolar dos alunos da 1ª série do 1º grau das escolas públicas do estado do Ceará.	1995
SOUZA, J. L. de	Influência da performance docente e da gestão escolar no desempenho dos alunos em matemática (estudo de caso). Fortaleza – pi	2000
GIGANTE, A. M. B.	Possibilidades e limites da avaliação numa perspectiva mediadora. Porto alegre – sc	1998
SILVA, I. T.da	Prova de elaborar e prova de selecionar - comparação de dois instrumentos de avaliação em turmas de filosofia do 2º grau. Brasília – df	1997
HAWATT, M. de L.	Regionalização do ensino de 1a a 4a series: uma educação para o meio rural do estado do Amazonas 1980 – 1988	1991
SOUZA, N. M. P. de	Tendências da avaliação do ensino-aprendizagem na educação física escolar	1990

LEICHT, E. M. W. (1992), ao discutir a função social da escola pública pela ótica do papel da avaliação, reafirma o caráter socializador da escola, servidora do sistema econômico vigente, no sentido da manutenção dos padrões valorizados pela sociedade em que se insere, legitimados pela avaliação escolar. Evidencia, assim, a questão do poder e da legitimação a serviço da ordem social estabelecida e o papel da avaliação nesse processo.

Em outras oportunidades, temos evidenciado a escassez de estudos acerca da educação infantil sob a ótica da administração, o que entendemos ser necessário, sobretudo quando, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o atendimento de crianças dos zero aos seis anos, constitui a primeira etapa da escolarização básica. Fazemos essa referência para ressaltar a presença de dois estudos que abordam a avaliação nesse nível de ensino, sob esse enfoque. CUNHA, A. M.(1990) detecta a existência de uma prática pedagógica aleatória no ensino pré-escola pública e sinaliza para a necessidade de serem utilizados meios eficazes sobre desenvolvimento da pré-escola, incluindo a questão da avaliação educacional. O estudo culmina com oferecimento de sugestões sobre meios práticos de avaliação adequada.

O trabalho de HOLANDA, H. C. F. (1992) versa sobre as relações creche-família e aponta as estreitas ligações destas relações e seus atores às condições ambientais físicas, sociais e programáticas.

Entre os estudos que se debruçam sobre a avaliação no ensino fundamental, o de ALVES, I. M. B. (2000) investiga a visão teórica e os procedimentos do processo de avaliação, presentes na prática docente a partir das concepções sobre avaliação da aprendizagem junto a professores do ensino fundamental, constatando a ausência de clareza conceitual e de fundamentos teóricos, com repercussões na prática avaliativa unilateral.

GENESINI, T. A. G.(1998) parte de um estudo de caso que descreve e analisa o sistema de avaliação implantado em cursos do SENAI-SP, interpretando seus resultados à luz dos princípios de Deming, de modelos de gestão da qualidade e de uma metodologia de avaliação. Constata o avanço do movimento da qualidade total na educação, mais especificamente na educação profissional.

O ensino em zonas rurais é tratado por dois autores, HAWATT, M. de L.(1991) e KOEHLER, S. M. F. (1995). O primeiro deles interpreta e analisa os fundamentos político-ideológicos e teórico-metodológicos que embasam o Programa de Educação no meio rural do Amazonas no período de 1980-88, tendo em vista compreender as contradições teórico-práticas existentes. O segundo enfatiza a necessidade e a possibilidade de se buscar novos pressupostos para uma proposta de avaliação da prática pedagógica em uma unidade escolar rural dentro de um projeto social em que a democratização e a melhoria da qualidade de ensino possam direcionar as intervenções, definir prioridades e buscar, coletivamente, estratégias de superação dos problemas vivenciados, subsidiando o projeto pedagógico da escola.

Os processos inerentes à prática avaliativa e suas relações com as questões do trabalho global da escola, é objeto de pesquisa de vários autores que, com óticas diversas, convergem de certa forma para a sinalização dessas relações e algumas implicações.

MAIA, A. F. M.(1991) pesquisa a influência de fatores relativos à prática docente e à gestão escolar sobre o rendimento de alunos de 1ª série de escolas públicas do Estado do Ceará. O estudo verifica a importância dos “processos escolares” e relativiza os “insumos escolares” enquanto fatores intra-escolares determinantes da qualidade dos resultados da escola pública de 1º grau [atual ensino fundamental].

FORTES, G. H. M. (2000), num estudo de caso que avalia o ensino por ciclos em Porto Alegre-RGS, analisa essa experiência com base na proposta político-pedagógica da escola. Ao refletir sobre a prática, constata que a experiência de ciclos está associada a uma pedagogia progressista, o que lhe permite analisar as convergências e diferenças com outras propostas de ciclos, as limitações teórico-práticas, as condições objetivas e subjetivas dos atores no cotidiano escolar.

PAIVA, E. P. (1990) situa no contexto social da euforia pela democratização a organização de um processo de avaliação cooperativa, como instrumento que serviria à democratização das relações escolares, concluindo pelo condicionamento das transformações educacionais às mudanças nos quadros sociais, políticos e econômicos do país.

A dimensão política dos processos de avaliação é objeto da pesquisa de OLIVEIRA, V. B. de (1990). O autor aponta para a democratização da avaliação da aprendizagem através da democratização da escola, mediante transformação no exercício do poder no interior da escola, que resulte em um currículo pensado e feito dentro de relações de poder horizontais e solidárias cujo processo decisório seja coparticipante.

SOUZA, J. L. (2000) estuda as relações entre as variáveis relativas à percepção e performance docente e da gestão escolar com o desempenho dos alunos da 8ª série do tele-ensino, no ensino da matemática a distância. Analisa instrumentos de avaliação, para verificar sua validade e precisão, entre outros aspectos, para identificar as variáveis que influenciaram significativamente no desempenho dos alunos em matemática.

A visão dos pais acerca da avaliação constitui o objeto do estudo de COSCRATO, L. (1997) como tentativa de compreender a opinião das mães sobre o processo avaliativo que os filhos têm vivenciado na escola, ao expor os pressupostos teóricos que nortearam a pesquisa, busca contextualizar a exclusão histórica dos pais dentro da escola.

O trabalho de SQUILASSE, M. do C. (2000) apresenta uma visão ampla do processo de avaliação na escola. Ao constatar que apenas ocasionalmente são adotados procedimentos mais abrangentes envolvendo diferentes aspectos e fatores da organização escolar que ofereçam contribuições para melhoria contínua dos processos, no que se refere ao atendimento das demandas e expectativas da comunidade propõe uma abordagem de avaliação institucional, enfocando procedimentos que permitam conhecer como os diferentes atores que integram a comunidade escolar pensam. Foram obtidos dados que indicam pontos que poderiam caracterizar eventuais “problemas” nas escolas: a participação dos pais, utilização da biblioteca e do laboratório e a recuperação de férias. A pesquisa evidencia que embora as novas formas de gestão escolar estabeleçam a participação ativa e a decisão colegiada, os procedimentos de avaliação usualmente adotados nas escolas públicas não asseguram que as decisões tomadas sejam compatíveis com as finalidades, potencialidades e limitações da escola.

Ainda no aspecto teórico-prático, alguns trabalhos como os sumariados a seguir, inspirados em autores como Bloom e colaboradores (1973), Bender, Rutter e Piaget, realizam um trabalho de reflexão-ação construindo “leitura” de práticas avaliativas observadas.

SILVA, I. T. (1997) busca evidências sobre o desempenho cognitivo de alunos respondendo testes compostos de questões subjetivas (elaborar respostas) e testes compostos de questões objetivas (selecionar alternativas), segundo a Taxonomia dos Objetivos Educacionais de Bloom e colaboradores (1973) e constatou não haver diferença estatisticamente significativa entre as duas modalidades de provas.

GIGANTE, A. M. B (1998), tendo por referência a avaliação numa perspectiva mediadora, infere que a avaliação da aprendizagem ainda não adquiriu seu verdadeiro sentido e permanece reduzida à medida, assumindo um caráter classificatório.

BENZONI, S. A. G. (1998), com utilização de instrumentos e escalas específicos, visa caracterizar, quanto aos aspectos cognitivos, visomotores, de linguagem e comportamentais, o desempenho de um grupo de crianças provenientes de escola pública, em habilidades linguísticas.

As teorias de Piaget inspiram a pesquisa de CORTES, H. H. N. V. (2000) que enfatiza a dimensão diagnóstica e formativa da avaliação em sua dupla face: como importante condição de desenvolvimento integral, criativo e transformador da personalidade humana, ou como instrumento de eliminação e seletividade dos sistemas educacionais.

Tendo por foco processos de avaliação disciplinar (educação física), SOUZA, N. M. P. de (1990) analisa as tendências de avaliação do ensino-aprendizagem que os docentes manifestam em relação à avaliação do ensino-aprendizagem e, à semelhança de outros estudos, detecta: a presença de tendência clássica ou tradicional; a ausência da tendência crítico-social no plano das concepções e das intenções pedagógicas; as tendências manifestas parecem não dar conta da dinâmica da atual prática avaliativa no âmbito da escola pública, para fins de explicação e caracterização dessa mesma prática.

3. ESTUDOS COM FOCO NAS PRÁTICAS

A grande maioria dos estudos, que nesta pesquisa foi considerada como de natureza prática, tem por objeto o rendimento escolar em classes e/ou escolas de ensino fundamental em geral ou em perspectiva disciplinar.

Autor	Título	Ano
CHAVES, S. M.	A avaliação da aprendizagem no ensino fundamental: realidade e possibilidades	1993
SILVA, A. L. G. de M. da	A avaliação na 1ª série do 1º grau numa escola pública	1992
BORGES, L. F. F.	A escola em tempo integral no Distrito Federal - uma análise de três propostas	1994
MOURA, M. I. de A.	A prática da avaliação formativa na escola de primeiro grau - análise de um caso	1992
COSTA, R. P.	A qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido em escolas comunitárias de Salvador	1996

PAIVA, M. de F.	Avaliação de alunos de primeira serie do primeiro grau em três escolas da rede municipal de ensino no Rio de Janeiro	1992
PIROLA, S.M.F.	Avaliação de repertórios de leitura e escrita de alunos principiantes: análise da aplicabilidade	1999
RODRIGUES, S. G.	Avaliação de uma experiência de educação para a classe trabalhadora numa escola publica de 1º grau	1990
PAVARINI, M. de L. C.	Avaliação do desempenho escolar na perspectiva do aluno. Campinas – SP	2001
MEDEIROS, M. A.	Avaliação do processo ensino-aprendizagem: um diagnostico de sua pratica	1990
ROSA, V.de S.	Avaliação educacional escolar na escola publica de 1o.grau: um estudo de caso	1992
KRAHE, E. D.	Avaliação escolar: pesquisa conscientizante	1991
GARITA, R.M.S.	Avaliação para a formação: o cotidiano da escola e a proposta legal	1999
BRITO, M. do S. T.	Comparação entre os efeitos da avaliação por critérios e norma no desempenho escolar em matemática.	1990
TETU, V.	Concepções de alunos sobre a avaliação de sua aprendizagem escolar. Curitiba – pr	2001
GERA, A.A.S.	Estratégia de perguntas de busca de informação na resolução de problemas em situação de avaliação...	2001
SILVA, A.R.	Tempo de permanência em instituições educacionais e desempenho escolar: que relação se pose...	1999

ROSA, V. de S. (1992), ao detectar a concepção de professores de 1º grau da rede pública sobre avaliação da aprendizagem e o uso dos resultados obtidos através da avaliação, constata que os resultados da avaliação da aprendizagem eram desperdiçados num “faz de conta” chamado recuperação.

Por sua vez, PAIVA, M. F. (1992) investigou a forma pela qual professoras da primeira série do primeiro grau desenvolvem e percebem o processo de avaliação e a congruência entre os conceitos finais atribuídos aos alunos e os resultados obtidos em um teste de leitura e escrita. À semelhança de outros estudos, constata que o domínio de conteúdos predomina em detrimento de outros aspectos de formação da criança. Apesar da insatisfação com o processo avaliativo desenvolvido nas escolas, as professoras não chegam a formular propostas para a transformação das praticas avaliativas.

MOURA, M. I. de A.(1992), com base nos princípios de Michel Scriven, buscou verificar se há melhoria na sistemática do ensino-aprendizagem pela avaliação contínua bem como, se há possibilidade de se minimizar com esta prática os efeitos negativos da avaliação.

SILVA, A. L. G. de M. D.(1995), num estudo de caso que compara o rendimento de duas classes de primeira série do ensino fundamental, analisou diferentes aspectos: aprendizagem, avaliação erro, disciplinamento, papel do professor e do aluno. À luz de normas da SEEC/PE,

que normatizam o processo de avaliação da aprendizagem, constatou que nas classes estudadas, no ano letivo de 1994, houve um número reduzido de reprovações.

CHAVES, S. M. (1993), visando apreender a percepção dos professores sobre avaliação, suas concepções e práticas, aponta as possibilidades de se efetivar um processo ensino-aprendizagem progressista que contribua para com a formação de sujeitos “interferidores” no processo social. Contudo, registra que as péssimas condições de trabalho e a ausência de acompanhamento em serviço não favorecem uma prática docente crítica, compromissada, competente e criativa.

Para COSTA, R. P. (1996), a qualidade pedagógica da escola não se define pela conotação de eficiência e eficácia que sempre orientou e orienta os parâmetros de avaliação do sistema escolar brasileiro. Considera que a qualidade pedagógica procura contrapor-se aos interesses mediatos e imediatos do capital e possibilitar ao sujeito colocar-se no mundo de forma crítica, criativa e transformadora.

Mediante a análise de três propostas de escolas em tempo integral no Distrito Federal, BORGES, L. F. F. (1994), conclui que a escola pública parcial será ainda pior em tempo integral, porque produz cansaço, indisciplina, reduz a motivação dos professores e alunos para cumprimento das tarefas escolares, contribuindo ao contrário do proposto, para a perda de aluno e queda do rendimento escolar.

O estudo de PIROLA, S. M. F. (1999) analisa a implantação de um instrumento de diagnóstico de repertório de leitura e escrita baseado na concepção de rede de relações comportamentais, mediante aplicação do instrumento tanto coletiva como individualmente, constatando o elevado grau de concordância entre os níveis de desempenho dos alunos em provas coletivas e individuais relacionadas.

Para GERA, A. A. S. (2001), a avaliação assistida é uma modalidade de avaliação dinâmica interativa, que inclui o ensino durante o processo de avaliação e avalia o quanto as crianças podem evoluir em suas estratégias de resolução de problemas frente à “otimização” oferecida pela examinadora. Nesse “modelo”, as crianças apresentaram predominantemente perguntas relevantes de busca de informação e acertos, que se mantiveram após a suspensão da ajuda.

O objeto do estudo de MEDEIROS, M. A. (1990) foi diagnosticar a prática da avaliação da aprendizagem, através da percepção de avaliação dos professores e alunos, das técnicas e instrumentos de avaliação, dos procedimentos e tipos de prova, sentimentos dos alunos em relação a provas e a análise de provas elaboradas pelos professores, assim como das posturas autoritária e transformadora da avaliação.

Experiências menos formais de educação voltadas para alunos trabalhadores foram objeto dos estudos de RODRIGUES, S. G. (1990) e TRIVELATO JUNIOR, J. (2000), e uma experiência de avaliação no SENAI-SP, analisada por BRITO, M. do S. T. (1990), oferecem interessante contribuição ao estudo. O primeiro analisa, entre outras questões, em que se constituiu a nova experiência educativa e qual a proposta da área de preparação para o trabalho no sentido de avaliar se a experiência contribuiu para aumentar a permanência do alunado, alterar o índice de aprovação e atender as necessidades do alunado, membro da classe trabalhadora

e qual a opinião dos docentes, corpo técnico e alunos sobre a experiência. O segundo discute características de um projeto de educação à distância, destinado à formação básica do cidadão (ensino fundamental e médio). A referência para o estudo foi um programa de educação para jovens e adultos trabalhadores - o Telecurso 2000. Sob perspectiva disciplinar, BRITO, M. do S. T. (1990) compara os efeitos da avaliação por critérios e norma no desempenho escolar em matemática, com vistas a verificar sua efetividade, sua aplicabilidade na escola regular e sua influência nos resultados da aprendizagem em matemática e conclui que houve avanços significativos para os diversos grupos independentemente do tipo de avaliação. A emergência da prática de avaliação por critério no sistema SENAI-SP forneceu sugestões de operacionalização desse processo bem como formas de utilização da análise dos desempenhos.

KRAHE, E. D.(1991), tendo por referência a reflexão teórica, buscou analisar diversas questões, entre as quais, o tempo de contato professor-aluno; prova com o interrupção da aprendizagem; resistência dos alunos; avaliação coletiva, auto-avaliação e as questões estruturais.

SILVA, A. R.(1999), ao comparar o rendimento de crianças que tiveram acesso à creche com os demais, concluiu que aquelas tiveram melhor desempenho português, brincam mais; são mais assíduos, desenvolveram maior interação com os professores e com os outros colegas de classe, efetuaram as tarefas domiciliares.

Estudando as relações entre o cotidiano da escola e a proposta legal, GARITA, R. M. S. (1999) investigou como na escola efetiva-se a avaliação oficial, centrada nos conteúdos e saberes curriculares definidos na busca da compreensão das relações que se estabelecem, na prática, entre a avaliação informal do cotidiano escolar e a avaliação formal referente ao currículo oficial da escola.

As concepções de alunos sobre a avaliação de sua aprendizagem escolar constituíram o objeto do estudo de dois estudos. TETU, V. (2001) aponta que o aluno percebe suas possibilidades e dificuldades de aprendizagem em relação com o sistema de avaliação ao qual está submetido. A discussão sublinha a importância das ideias que os sujeitos elaboram a respeito das situações de avaliação a que são submetidos no ambiente escolar e PAVARINI, M. L. C.(2001) verificou que os alunos atribuem seu bom ou mau desempenho escolar a fatores intrínsecos, mais notadamente na categoria esforço/interesse, relacionados a “ir bem na prova”, enquanto os fatores extrínsecos são representados as categorias aluno/sala de aula e aluno/professor, relacionados a “ir mal na prova”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação dos documentos referentes ao tema “Modelos de Avaliação” ofereceu algumas dificuldades em face do elevado número de títulos que contemplam o termo “avaliação”, quer entre os artigos de periódicos, quer entre os livros ou entre as teses e dissertações.

O principal critério adotado para efeito de inclusão/exclusão de documentos foi a identificação das relações entre a avaliação e a gestão da escola/sistema, visto que significativa

parcela dos documentos contemplava a questão sob o ponto de vista didático-pedagógico e/ou disciplinar, em especial, no contexto “sala de aula”. Ainda que adotado esse critério, as ocorrências de avaliação do desempenho e avaliação institucional, tomadas como descritores do indicador “objeto de avaliação”, parecem derramar-se nos demais temas, sem que a ênfase dos documentos nos permitisse classificá-los no tema “modelos de avaliação”.

À exceção da relação avaliação/projeto pedagógico, dadas pelos indicadores “planejamento e objetivos” não se identifica a questão da avaliação, em âmbito escolar, como uma questão do coletivo da escola, levando-nos a supor que esta é a grande lacuna na produção da área.

No interior dos estabelecimentos de ensino, a avaliação ainda emerge mais fortemente como uma questão didático-pedagógica, de cunho individual de cada professor e/ou disciplina do que uma questão do coletivo da escola, condição essencial para que repercuta nos processos de gestão e de definição da política escolar.

A análise dos dados permite reafirmar a necessidade de aprofundamento dos estudos das relações avaliação-gestão-qualidade do ensino. Os elementos considerados constitutivos do que intitulamos “modelo de avaliação” encontram-se dispersos no conjunto dos textos analisados, o que sinaliza para a existência de um campo de pesquisa extremamente instigante e promissor.

Os estudos acerca do tema avaliação, enquanto elemento integrante da ação administrativa, relacionado à “qualidade e democratização da gestão da escola pública”, persiste como a lacuna mais evidente.

O movimento de valorização dos processos de avaliação, tanto externa como interna e de auto-avaliação, ainda não propiciou o desenvolvimento de uma cultura de avaliação que contemple a questão do coletivo da escola, condição essencial para que repercuta nos processos de gestão e de definição da política escolar.

Parece pertinente afirmar que a predominância dos estudos de base empírica e/ou prática, os estudos fragmentados e fragmentários da realidade escolar e educacional, somados à pequena incidência de estudos teóricos sejam a causa desse fato, o que se pode inferir da maior frequência encontrada nos indicadores: processos de avaliação e objetos de avaliação.

REFERÊNCIA

MACHADO, L.M.;FREITAS, K.S. e PEREIRA, S.M. **Gestão e Participação na Educação Básica** (1990-2002). Relatório de pesquisa, Marília, 2004.